

Barómetro das Crises

30-03-2022 | N° 25

Desemprego: Que indicador estatístico reflete melhor o fenómeno?

João Ramos de Almeida

O desemprego está no cerne da produção estatística sobre o emprego.

Saber quantos desempregados existem a cada momento tornou-se uma informação divulgada com regularidade pela sociedade, como indicador do seu bem-estar e da forma como está a integrar os seus membros no esforço coletivo da comunidade. Contudo, a obtenção dessas estimativas não tem sido uma matéria pacífica e a sua utilização requer prudência por parte de quem a analisa, nomeadamente quando se trata de decisores políticos.

Em Portugal, por exemplo, o organismo estatístico nacional, seguindo as indicações do organismo estatístico europeu, valoriza a informação relativa a grupos de trabalhadores cuja realidade social está próxima do desemprego, mas que, de acordo com os critérios estatísticos seguidos, não são integrados no conceito da população desempregada. Essa informação é facultada e objeto de análise, para que seja tida em conta nas decisões políticas. Contudo, os responsáveis governamentais e, por arrasto, a comunicação social, continuam a destacar apenas o estrito valor da taxa de desemprego, deixando de lado diferentes facetas do desemprego, o que contribui para a subavaliação do fenómeno e para a desvalorização, ou mesmo omissão, da real situação das relações laborais.

Este barómetro pretende chamar a atenção para a forma como foram construídos os conceitos de emprego, desemprego e inatividade; para a evolução do próprio conceito de desemprego em Portugal; e, a partir dos dados sobre o desemprego facultados pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos ao período anterior e ao longo da pandemia de Covid19 – de 2019 a 2021 – salientar a dimensão não despicienda que assumem ainda as formas complementares de desemprego e para a importância de seguir esses critérios complementares de medição. Em segundo lugar, e baseando-se nos valores nas duas últimas décadas, analisar como evoluiu a plasticidade das diferentes dimensões sociais do desemprego em Portugal, relevar como as políticas económicas podem ter diferentes impactos na sua dimensão e, ao mesmo tempo, de que forma a sua dimensão – em muitos casos não realçada – pode entrosar-se na formatação setorial nacional, contribuindo para a situação já analisada no anterior Barómetro – Precariedade, baixos salários e estagnação. Ou seja, avaliar se a fragilidade da recuperação salarial na presente retoma não terá que ver, igualmente, com um grau ainda significativo de subutilização do trabalho que não é absorvida pela procura setorial de força de trabalho.

1. A importância do desemprego

Quando se iniciaram as primeiras recolhas de dados estatísticos no final do século XIX, o desemprego já era uma das principais preocupações de muitos países industrializados, para o qual não havia proteção universal, além de redes informais de fundos sindicais ou da caridade pública ou privada. Foi em França que, para estimar o custo da criação de um fundo de seguro contra o desemprego, o Conselho Superior do Trabalho requereu a realização de um estudo, incluindo o exame das estatísticas do desemprego em diversos países (ILO, 1990: 95). Lidando com problemas de comparabilidade dos dados, os dirigentes franceses apelaram em 1895 à realização de uma sessão do Instituto Estatístico Internacional de Berna para abordar as estatísticas do desemprego. Esses esforços para medir o desemprego foram prosseguidos pela Conferência Internacional de Estaticistas do Trabalho, após a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919. Uma das suas principais preocupações foi identificar o número de trabalhadores desempregados protegidos, o número de pessoas a receber apoios e a soma total de benefícios pagos num ano; e foi procurar critérios que permitissem a comparação dos múltiplos dados administrativos entretanto produzidos, fruto da criação de apoios obrigatórios aos desempregados, como os surgidos na Grã-Bretanha, Áustria, Irlanda, Itália ou Polónia.

A Grande Depressão nos Estados Unidos, nos anos 20-30 do século passado, que se manifestou na explosão do desemprego em dimensões nunca vistas - em 1933, um em cada quatro trabalhadores estava desempregado e, mesmo cinco anos depois, ainda havia um em cada cinco (Galbraith, 1972) - acabou por revelar o desemprego como um dos maiores problemas sociais. O combate ao desemprego tornou-se numa das principais tarefas económicas dos Estados e esteve na base de uma nova geração de políticas económicas, na qual se integrou, nos Estados Unidos, a criação de um inquérito ao emprego (*Current Population Survey*), muito antes dos países europeus. O principal objetivo era estimar o número de pessoas que procuravam emprego de forma ativa e permanente, para que fosse possível calcular a necessidade de criação de postos de trabalho com vista ao pleno-emprego. Todas estas experiências tornaram-se úteis para a criação em 1947 de bases metodológicas internacionais para a estimativa do emprego e do desemprego.

Desde essa altura, as sociedades passaram já por momentos em que o desemprego atingiu níveis semelhantes sem que as sociedades se tenham organizado para debelar esse mal social porque, na verdade, o pleno-emprego deixou de ser um objetivo social e económico, por contraponto a um maior controlo da inflação. E por isso também, a forma como os níveis de desemprego são presentemente seguidos do ponto de vista estatístico tem sido objeto de permanentes críticas. Como foi sendo salientado pela OIT, “os dados estatísticos sobre o desemprego são fortemente criticados pelas pessoas comuns por mentirem, e pelos peritos por falharem ao não refletirem a verdadeira extensão do problema do emprego, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos” (ILO, 2008: 2).

Estas críticas foram ganhando voz desde os anos 50 do século passado e progressivamente influenciaram a forma como os organismos estatísticos passaram a estimar o fenómeno, tentando quantificar as suas diversas facetas - invisíveis estatisticamente – tanto do desemprego ou como do subemprego. Essa preocupação teve em conta que o desemprego efetivamente experimentado individualmente pelos trabalhadores muitas vezes não se encaixa apenas no estrito conceito de desempregado, construído historicamente em torno do conceito de quem não tinha uma atividade económica. Os trabalhadores afetados pela falta de trabalho passam por vivências que, em períodos sucessivos de tempo, os fazem integrar diferentes tipos estatísticos de população – empregada, desempregada e inativa – embora socialmente a sua condição não se altere substancialmente.

2. Quem define a estatística

Parte dessa dificuldade em analisar a realidade social advém da complexidade de razões subjacentes às opções adotadas na construção de estatísticas.

A primeira surge da própria criação estatística. Quando se pretende conhecer a realidade através das estatísticas, o mais certo é que se passe a vê-la, não como ela é, mas como aquela que ressurgue dos conceitos estatísticos previamente definidos, cuja esquematização reflete muito da forma como se olha a realidade (Bacelar, 1996).

Por isso, é comum dizer-se que, “os dados não são dados; os factos são construídos e a observação é um processo de definição do objecto” ou que “as estatísticas não reflectem a realidade, reflectem o olhar da sociedade sobre si própria” (Besson, 1992:3). E esta inversão da percepção tem óbvios riscos, ao poder ser influenciada por distintas razões, nomeadamente do foro político, promovendo uma dada ideia em detrimento de outras: as estatísticas podem refletir ou estar imbuídas de uma falseada visão comum, em grande parte marcada pelo olhar dominante da sociedade ou de como certa parte da sociedade gosta de se olhar a si própria. Esse “olhar prévio” contribui, assim, para a “não consciência do carácter socialmente construído dos dados estatísticos” (Bacelar, 1996: 3).

Este risco é particularmente visível no caso do desemprego.

A resposta à questão de saber qual é o verdadeiro número de desempregados depende das definições de desemprego. E estas “não reflectem o desemprego, mas sim a visão que a sociedade tem do desemprego” (Comte, 1992: 9). Essa visão tem evoluído ao longo do tempo, moldando o próprio conhecimento da realidade. “A história das alterações ao *Inquérito do Emprego* em Portugal é também a história das alterações no conteúdo dos questionários e nos conceitos que os suportam por forma a ir dando resposta a fenómenos que carecem de quantificação e explicação nos contextos interno e internacional” (Torres, 2009a: 4).

3. Evolução do conceito no Inquérito do Emprego

Antes da criação de estatísticas específicas de emprego, os únicos dados conhecidos provinham dos Recenseamentos da População – com uma periodicidade decenal – ou obtidos a partir da contagem anual dos efetivos das empresas ou inscritos nas ordens profissionais, bem como do número de contribuintes. Estas estatísticas, apuradas pelos diferentes ministérios, tinham óbvias limitações: não havia dados estatísticos infra- anuais e a qualidade dos dados anuais era reduzida, apenas permitindo “obter contagens do número de indivíduos por setor de atividade ou categoria profissional” (Torres, 2009a: 1). Não havia uma distinção clara entre população ativa ou inativa, ou entre profissão e ocupação, o que resultava que os desempregados não eram contados.

O primeiro censo da População realizado em Portugal, em 1864, baseou-se no conceito de profissão, embora de forma tão deficiente que o seu apuramento não foi aconselhado (Carrilho, 1996). O mesmo se passou com o Censo de 1878 e de 1890. Neste último e para evitar a dificuldade criada pela falta de clareza das respostas, definiu-se doze grandes divisões profissionais. “O desempregado era identificado ao indigente e situava-se no campo assistencial”, na “classe dos improdutivos, com profissões desconhecidas, da qual faziam parte e nesse conceito: 1. Ciganos, mendigos, vagabundos e meretrizes; 2. Indivíduos desempregados temporariamente” (Bacelar, 1996: 9).

No censo de 1900, o conceito de desempregado pouco evoluiu. Foram criadas duas categorias de pessoas: as que exerciam profissão e os sem profissão (proprietários a viver dos rendimentos e as mulheres ocupadas nas lides da casa). Em 1911, desarticulou-se a ligação entre a profissão e a ocupação ou situação social. A profissão passou a ser considerada como arte ou ofício e mantiveram-se doze grandes divisões. Em 1920, o Censo deu um passo importante ao adotar o conceito de profissão principal - como a mais lucrativa para o recenseado - e foi introduzido o conceito de situação na profissão, ou seja, definindo-se para quem o recenseado exercia a profissão.

O conceito de população ativa surgiu apenas no Censo de 1930 - citado em (Torres, 2009a: 9) - "como o conjunto dos indivíduos exercendo uma profissão lucrativa e dos membros da família auxiliando os respetivos chefes (parentes e as mulheres dos chefes cuidando do arranjo das respetivas casas)". A profissão passou a ser uma das características da população ativa que se repartiam por 58 grupos profissionais, correspondentes às atividades das empresas e oficinas onde trabalhavam. A população dividiu-se, assim, entre a população ativa (com ocupação lucrativa) e a não ativa (membros da família a cargos dos chefes, em cujos grupos profissionais se integravam).

Esta lenta evolução é simultânea à importância política dada ao desemprego, em parte fruto da fraca industrialização do país e, sobretudo, da forte presença das atividades não assalariadas, como era o caso das domésticas, camponesas e daquelas atividades combinando trabalho por conta própria com trabalho assalariado irregular, que alimentavam significativamente o subemprego. Em contraste com o que se passava noutros países europeus, apenas em 1931 se realizou em Portugal um inquérito para estimar o volume de desempregados. Como se referia no preâmbulo do decreto nº21699 de 1932, "o primeiro passo no sentido de atacar um problema então nascente que em Portugal se revelava com atraso de alguns anos sobre os primeiros sintomas aparecidos em alguns países da Europa e da América", onde "o mal já alastrava impiedosamente". Apurou-se, inicialmente, que seriam 38.200 os desempregados, mas um ano depois o seu número subiu para 41,1 mil desempregados, divididos em quatro grupos - os empregados bancários e comerciais, "pessoal de escritório" (3 mil); os oficiais, ajudantes e aprendizes da construção civil (6 mil) e fora dela (13 mil); e os serventes e trabalhadores sem ofício, divididos entre rurais (15 mil) e urbanos (4 mil). Foi criado o Comissariado de Desemprego, sob tutela do Ministério das Obras Públicas e mais tarde do Ministério das Corporações e Providência Social, a quem cabia "as mais largas funções na proteção da mão-de-obra nacional, pela colocação dos desempregados"; e o Fundo de Desemprego, financiado entre empresas e trabalhadores.

Quando o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o primeiro Recenseamento em 1940, a população foi dividida em população ativa, população desempregada, população inválida e a população inativa. A *população ativa* era então definida como "o conjunto das pessoas maiores de 10 anos [o decreto-lei nº24402 de 24/8/1934 proibia o trabalho a menores de 12 anos na indústria e comércio, mas aceitava-se acima dos 10 anos na agricultura e trabalhos domésticos (Carrilho, 1996)] que exerciam uma atividade ou tinham uma condição suscetível de proveito económico imediato" (Torres, 2009a: 9). Nela se integravam ainda as forças armadas e o serviço militar obrigatório (SMO). O INE definiu 469 profissões e instituiu-se o conceito de ramos de atividade. Pela primeira vez, definiu-se a população desempregada como os indivíduos maiores de 10 anos que, tendo exercido uma profissão, procuravam empregar-se novamente e estavam em condições de o fazer - um conceito que excluiu quem procurasse o primeiro emprego (nomeadamente os jovens saídos do sistema escolar ou as mulheres em retoma de atividade).

No *Recenseamento* de 1950, a população ativa foi dividida em duas classes: os ativos com ocupação e os ativos com profissão individual. O conceito de desempregado pouco mudou, subindo apenas a idade mínima - dos 10 anos para os 12,5 anos. Em 1960, novas alterações: a população ativa passou a integrar a população desempregada - agora abarcando também quem procura trabalho pela primeira vez - o SMO, a população com profissão e ocupação. A idade mínima voltou a ser 10 anos (Carrilho, 1996: 5).

As primeiras estatísticas do emprego começaram a ser preparadas ainda em 1968, com a criação de um grupo de trabalho constituído por técnicos do INE, do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra e do Secretariado Técnico. Foram apresentadas propostas para os questionários, conceitos estatísticos e quadros de apuramento. Pretendia-se obter estatísticas semestrais sobre os movimentos no mercado de trabalho, nomeadamente entre o emprego, desemprego e inatividade. Mas o *Inquérito Permanente ao Emprego* só seria lançado no 1º semestre de 1974 e as primeiras estatísticas apenas disponibilizadas em abril de 1979, com um conjunto muito limitado de quadros.

De qualquer forma, o inquérito surgia em resposta a solicitações da OIT para o lançamento de publicações semelhantes em alguns países industrializados ou, onde já existissem, para a harmonização de procedimentos. O seu objetivo era acompanhar o ressurgimento do fenómeno do desemprego, fruto da crise internacional nos

anos 70, acentuada pelos choques petrolíferos de 1973/74 e de 1978/80. O *Inquérito Permanente ao Emprego* usou o mesmo conceito de desempregado no *Recenseamento da População* de 1970, o qual não respeitava inteiramente as recomendações da OIT, adotadas na VIIIª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (novembro de 1954) que, por sua vez, se baseavam nas utilizadas pelo Ministério do Trabalho dos Estados Unidos, fruto da Grande Depressão dos anos 30. Ou seja, enquanto a OIT recomendava que um desempregado fosse aquele que estava sem emprego, apto e disponível para trabalhar e tivesse procurado trabalho assalariado; o *Inquérito Permanente* estabelecia que era desempregado quem não tivesse exercido qualquer atividade na semana de referência, não tivesse emprego regular ou sazonal (ou trabalhado menos de 15 horas) e que tivesse feito diligências para encontrar emprego. O *Inquérito Permanente* divulgava igualmente – e assim aconteceu até ao 2º semestre de 1982, tal como nos recenseamentos anteriores a 1991 – os valores para o desemprego segundo o conceito de **desemprego em sentido lato**, em que a procura ativa de emprego não era critério exigido, conceito esse que estava mais próximo do conceito de desempregado usado em 1940.

Em 1981, o *Recenseamento Geral da População* seguiu as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) e Comunidade Económica Europeia (CEE). Era entendido pela OIT que as suas recomendações fossem aplicadas de forma genérica, a interpretar em função dos diferentes contextos nacionais. Depois de um período-piloto e procurando aproximar-se dos conceitos adotados pela 13ª Conferência dos Estatísticos do Trabalho, o *inquérito permanente* foi substituído no 2º trimestre de 1983 pelo *Inquérito ao Emprego*, de periodicidade trimestral e com resultados mais pormenorizados, harmonizando-se com o *Inquérito Comunitário às Forças do Trabalho*.

No *Recenseamento Geral da População de 1991*, a população ativa já foi dividida entre população empregada e população desempregada, apurando-se ainda a dimensão do desemprego em sentido lato. Mas nos anos 90, a orientação foi a de que harmonizar igualmente a interpretação das recomendações da OIT. Esse esforço foi aprofundado em março de 2000 (Torres, 2009).

4. Vantagens e inconvenientes

É a partir daí que se passa a definir a **população empregada, desempregada e inativa**, nos termos globais que presentemente se conhece. Cada uma destas categorias foi definida na 13ª Conferência de Estatísticos da OIT (1983), a partir de regras de prioridade, de modo a torná-las estanques (ILO, 1990). Foi dada preferência estatística à situação de *emprego* sobre a situação de desemprego - independentemente do tempo de trabalho efetuado, desde que seja superior a uma hora na semanal de referênciaⁱ; e foi dada preferência à situação de

ⁱ O critério de uma hora sofreu diversas evoluções desde 1925, como se assinala no manual da ILO, pag.41. A OIT assinala que um dia é mais adequado que uma hora onde uma semana de trabalho não significa geralmente uma semana de trabalho a tempo inteiro, ou seja, onde seja dominante o trabalho intermitente ou a tempo parcial ou trabalhos temporários ou outro tipo de emprego. Um dia é mais aconselhável em situações onde a forma dominante de trabalho seja emprego a tempo inteiro (pag.42).

Desempregado sentido *lato*

Todo o indivíduo com idade mínima de 12 anos que não está empregado, a frequentar o ensino obrigatório e que, na semana de referência, se encontrava nas seguintes situações: sem emprego remunerado ou não, disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. Este conceito era definido em contraponto ao de **desempregado em sentido restrito**

Indivíduo com mais de 15 anos que, além das condições do desempregado em sentido lato, reúne uma terceira: ter procurado trabalho remunerado ou não.

Empregado

Indivíduo com idade dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) efetuou um trabalho de pelo menos uma hora, com vista ao pagamento de uma remuneração ou de um benefício, em dinheiro ou em géneros (incluindo o trabalho familiar não remunerado); 2) tinha uma ligação formal a um emprego ou trabalho, mas não estava temporariamente ao serviço; 3) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Desempregado

Indivíduo com idade dos 16 aos 74 anos que, no período de referência, estava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

Ativo

Indivíduo com idade dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado ou desempregado).

Inativo

Indivíduo com idade inferior a 16 anos, superior a 89 anos, dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, não podia ser considerado ativo, i.e., não estava empregado nem desempregado.

desemprego relativamente à de inatividade, em que a condição de desempregado se diferencia da de inativo através do critério de procura de trabalho e da sua disponibilidade para trabalhar.

A população de um país integra, assim, a sua força de trabalho – população empregada e desempregada - e a população inativa, que não integra a força de trabalho. A população empregada integra o emprego assalariado e o emprego por conta própria. Os desempregados são definidos como quem nesse período não tenha trabalhado nem mesmo uma hora, esteja disponível para trabalhar e tenha procurado trabalho. Quem não reúna pelo menos uma das duas últimas condições é considerado inativo.

Este enquadramento tem diversos objetivos. Segundo a OIT, faculta um critério sem ambiguidade relativo a múltiplas situações com características diferenciadas, criando três categorias populacionais mutuamente exclusivas. Por outro lado, cria-se “um elo direto entre emprego, número de horas de trabalho e rendimento do trabalho, o que é útil para a *produtividade* e outras análises” (ILO, 1990: 59). “Os conceitos referidos são passíveis de quantificação rigorosa e de forma tão harmonizada quanto possível entre os vários países que seguiram as recomendações da OIT. Ao mesmo tempo, permitem maximizar a consistência entre as várias fontes de informação” (Torres, 2012: 1).

Mas estas regras têm consequências estatísticas. O critério de ter trabalhado pelo menos uma hora empola o volume de emprego, em detrimento do desemprego. Os critérios diferenciadores de desemprego e inatividade reduzem significativamente o desemprego. É o caso do critério obrigatório de ter procurado emprego ou o da disponibilidade para trabalhar que exclui do desemprego quem tenha procurado emprego, mas apenas para uma certa data posterior à semana de referência, ou quem tenha impedimentos pessoais - como responsabilidades familiares, doença ou compromissos com serviços comunitários voluntários.

Por outro lado, estes critérios podem criar falsas distinções numa mesma realidade. Exemplificando-se: um trabalhador que trabalhou uma hora na semana de referência do inquérito é considerado empregado; se esse trabalhador for ao mesmo tempo estudante e frequentar a escola, mas tiver deixado de trabalhar aquela hora, mas procurar emprego e estiver disponível para trabalhar é classificado como desempregado. Se - porque tem exames na semana de referência - não estiver disponível para trabalhar ou não tenha por isso procurado trabalho, é tido como inativo. E, no entanto, a sua situação não mudou substancialmente.

Os conceitos obrigam, pois, a gerir dificuldades de classificação nos diferentes *casos-fronteira*. É o caso entre emprego e desemprego (caso dos trabalhadores com contratos suspensos por *lay-off* ou que desejam trabalhar mais horas do que aquelas que trabalham – subemprego visível - ou que tenham mais habilitações do que as que o trabalho atual requer – subemprego invisível); entre emprego e inatividade (caso da produção para consumo próprio ou tempo de trabalho alternado com o de formação profissional); entre desemprego e inatividade (caso dos trabalhadores sem emprego, disponíveis para trabalhar, mas que não tenham procurado emprego na semana de referência (*desencorajados*); ou, mesmo que o tenham procurado, não tivessem estado disponíveis para trabalhar num dado período); entre *emprego e inatividade* (caso dos estudantes a trabalhar a tempo parcial que são classificados como *empregados*); ou entre as três categorias (trabalhadores familiares não remunerados ou trabalhador em formação).

A situação dos trabalhadores em *lay-off* é sintomática dessa dificuldade. Em 1955, os trabalhadores eram considerados como *desempregados*, mas essa opção fazia com que países cuja legislação incentivava o uso do *lay-off* – Estados Unidos e Canadá – surgissem com um volume mais elevado de desemprego face aos países europeus. “Para resolver estas anomalias entre países”, salienta a OIT, “os critérios internacionais já permitem que pessoas em *lay-off* sejam classificadas nas categorias de *empregados, desempregados ou fora da força de trabalho*, dependendo da natureza da ligação dos seus empregos, da sua atividade de procura de emprego e disponibilidade para trabalhar” (ILO, 1990:103).

Como corolário, a compartimentação aprovada teve uma grande consequência: transformou o próprio conceito do desemprego, resultando em taxas de desemprego inferiores à dimensão real do fenómeno.

“Em particular, passou-se na generalidade dos países de um conceito de desemprego em sentido lato (...) para um conceito de desemprego em sentido restrito, atualmente em vigor” (Torres, 2006: 39). E essa alteração de fundo – que se tem mantido até presentemente - afastou dos valores do desemprego grupos de pessoas agora tidas como inativas ou em situação de subemprego, cuja vida individual se aproxima bastante do próprio conceito de desempregado e que, fruto da sua condição laboral, acaba por ser retratado como que transitando de um tipo de população para outro. E é esse facto que, como foi já assinalado (Torres, 2006), explica que se tenha “assistido, em muitos países, à existência de fluxos cada vez mais frequentes e de dimensão assinalável, entre cada um destes dois estados do mercado de trabalho e os estados de actividade (emprego ou desemprego), no caso dos inativos e estados associados a empregos com maior duração semanal do trabalho, no caso do subemprego visível” (Torres, 2006, pag.40). Na realidade, os inativos que pretendem ter um emprego “têm características comportamentais mais próximas dos indivíduos ativos do que os restantes inativo” (Torres, 2006: 40) e os “indivíduos em situação de subemprego têm maiores probabilidades de transitar para a forma de emprego que desejam, num curto espaço de tempo” (Torres, 2006: 40) ou de cair no desemprego. Apesar desta efetiva semelhança, estes inativos ou subempregados acabam por “constituir uma reserva adicional de força de trabalho em determinadas fases do ciclo económico, para além dos desempregados” (Torres, 2006: 40) e que, por serem atraídos para a atividade nos momentos favoráveis do ciclo económico e afastados nos momentos desfavoráveis, deveriam integrar o cerne das políticas de combate ao desemprego e, por conseguinte, fazer parte das principais estatísticas do desemprego.

5. Conceitos complementares e alternativos

A opção pela escolha da taxa de desemprego como medida do desemprego foi, contudo, criticada por se considerar “insuficiente para acompanhar o fenómeno de um ponto de vista social, ainda que possa ser adequada do ponto de vista económico” (Torres, 2012: 2). Mais do que a valia do indicador, criticava-se o facto de ser um “indicador único para descrever uma realidade tão complexa como a da **subutilização do trabalho**”. Além disso, “a definição oficial de desemprego não captura todas as formas de subaproveitamento de recursos humanos, excluindo grupos de indivíduos inativos que muitas vezes se pensa estarem desempregados ou empregados em situação de subemprego” (Torres, 2006: 39).

Subutilização do trabalho

Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego.

Nos Estados Unidos, para acomodar as críticas sobre a subestimação do desemprego, o *Bureau of Labor Statistics (BLC)* passou em 1994 a divulgar mensalmente seis medidas complementares do desemprego, além da taxa de desemprego, numeradas pelo seu grau progressivamente mais lato. Assim, além da taxa de desemprego (U-3 - peso percentual dos *desempregados* na população ativa), passou a ser estimada uma taxa (U-4) que tem em conta os desempregados e os inativos *desencorajados* (disponíveis para trabalhar, mas que não procuraram trabalho); uma taxa (U-5) que tem em conta os desempregados, os inativos *desencorajados* e os inativos que procuraram trabalho, mas que estavam indisponíveis na semana de referência; e uma taxa (U-6) que tem em conta todos os grupos anteriores e mais aqueles que, sendo tidos como *empregados*, gostariam de trabalhar mais horas (subemprego visível).

Em 1995, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) propôs uma outra medida alternativa: a mesma taxa U-4, mas em que se ponderava o subemprego apenas pela metade da sua dimensão. Outras ideias de diferentes ponderações surgiram, mas não vingaram.

O INE, anos antes do Eurostat, passou a divulgar trimestralmente informação que permite estimar esses três indicadores suplementares do desemprego (U-4, U-5 e U-6). A 10/11/2011, o Eurostat divulgou uma nota

anunciando a divulgação desses três indicadores para os grupos etários entre 15 e 74 anos, para os países da União Europeia (UE) até 2010, tendo passado a divulgá-los regularmente, o mesmo acontecendo com o INE a partir do 2º trimestre de 2012.

6. Números da crise recente

À luz destes critérios para retratar o fenómeno do desemprego, como se pode avaliar o sucedido em Portugal, seja na crise provocada pela recente pandemia de Covid19, seja no quadro de uma conjuntura de baixo crescimento económico?

A crise provocada pelo fecho da economia, em consequência da pandemia iniciada sobretudo a partir do 2º trimestre de 2020, assumiu uma dimensão histórica. A atividade económica (em valores constantes) sofreu uma quebra homóloga anual de 8,4% que apenas seria revertida em 2021, com um crescimento de 4,9%. E esta crise repercutiu-se evidentemente nos níveis do emprego e desemprego.

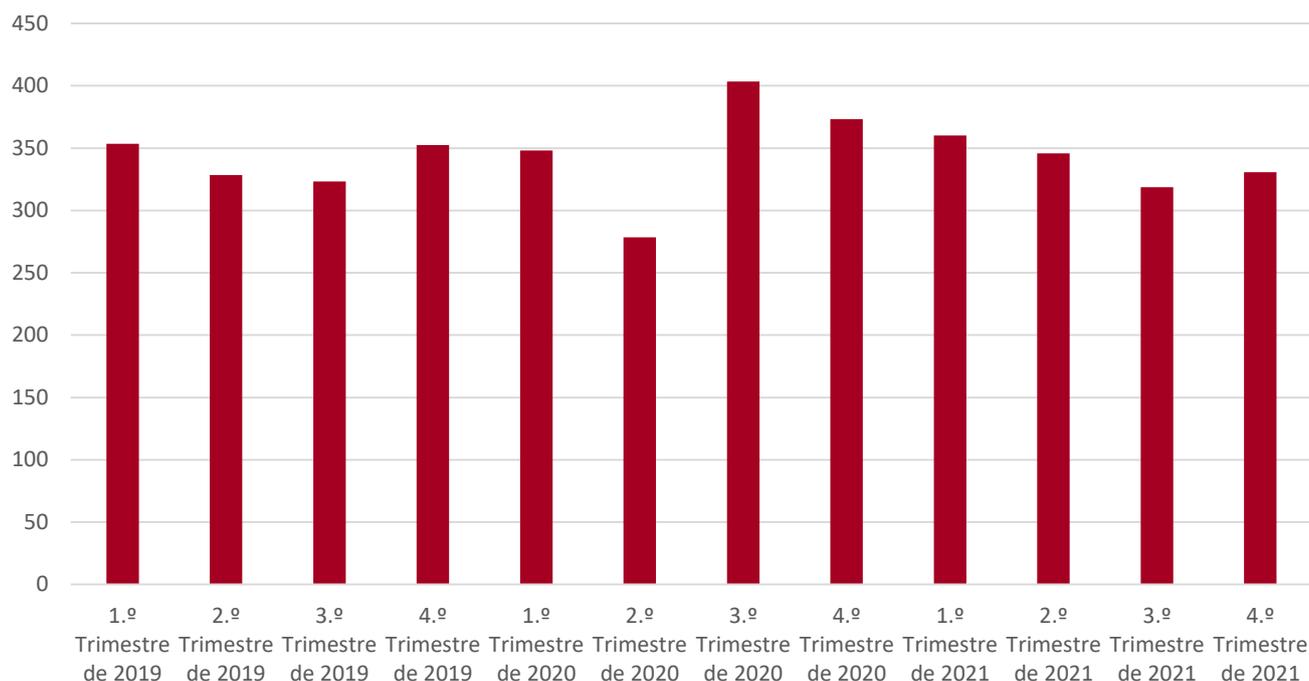
O número de desempregados que, ao longo de 2019, estabilizara ao redor de um valor de 340 mil pessoas e continuara a descer até 2º trimestre de 2020, sofreu no 3º trimestre desse ano uma subida homóloga de 25% (de 323,4 mil para 403,5 mil). Essa vaga não afetou todos por igual. Comparando com o 3º trimestre de 2019, o desemprego abrangeu mais 80,1 mil trabalhadores. Desses, dois terços eram homens, quase 70% tinham idades até 34 anos, a maioria (61,8%) tinha o ensino secundário e 26,5% formação superior. Por atividades, três quartos trabalhavam nos serviços.

Esta subida do *desemprego* em 2020 poderia ter sido bem mais pronunciada caso o Governo, fortemente pressionado para evitar uma escalada do desemprego, não tivesse aprovado – ao invés do verificado no período de 2010 a 2012 - diversas medidasⁱⁱ, nomeadamente uma extensão da figura do *lay-off* para as empresas com quebras significativas de faturação.

ⁱⁱ Ver Barómetro das crises nº22, Saúde e economia: a primeira, segunda e a vaga de fundo (Almeida, 2020).

Gráfico 1

Nº de desempregados (milhares)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Desde esse pico, o acréscimo do desemprego foi sendo reabsorvido, reduzindo-se quase por completo até atingir 330,6 mil trabalhadores no 4.º trimestre de 2021, um valor abaixo do verificado antes da pandemia surtir os seus efeitos. Contudo, esta reabsorção fez-se de forma desigual, como é possível observar pelos valores anuais.

Tabela 1

Nº de desempregados (milhares)

| | 2019 | 2020 | 2021 | Varição 2019/20 | Varição 2020/21 |
|------------------------------|-------|-------|-------|-----------------|-----------------|
| Total | 339,5 | 350,8 | 338,8 | 11,3 | -12,0 |
| Homens | 154,1 | 170,6 | 162,2 | 16,5 | -8,4 |
| Mulheres | 185,4 | 180,1 | 176,6 | -5,3 | -3,5 |
| 16-24 anos | 68,2 | 74,4 | 76,5 | 6,2 | 2,1 |
| 25-34 anos | 70,6 | 91,4 | 89,7 | 20,8 | -1,7 |
| 35-44 anos | 67,3 | 63,3 | 56,8 | -4,0 | -6,5 |
| 45-54 anos | 71,7 | 63,9 | 61,2 | -7,8 | -2,7 |
| 55-74 anos | 61,5 | 57,7 | 54,6 | -3,8 | -3,1 |
| Até ao Básico 3ºciclo | 153,0 | 133,4 | 121,6 | -19,6 | -11,8 |
| Secundário | 109,4 | 127,8 | 125,0 | 18,4 | -2,8 |
| Superior | 77,1 | 89,5 | 92,1 | 12,4 | 2,6 |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Se o desemprego afeta mais as mulheres, os efeitos da pandemia tocaram mais os homens. E no final de 2021, a recuperação ainda mal repusera os valores anteriores à pandemia. A crise prejudicou o emprego dos trabalhadores mais jovens e a retoma pouco os beneficiou: o escalão etário até aos 24 anos viu a sua situação degradar-se ainda mais e os trabalhadores entre 25 e 34 anos pouco sentiram a retoma. O novo emprego

favoreceu quem tinha as habilitações mais baixas, sem repor o emprego perdido pelos trabalhadores com formações mais elevadas.

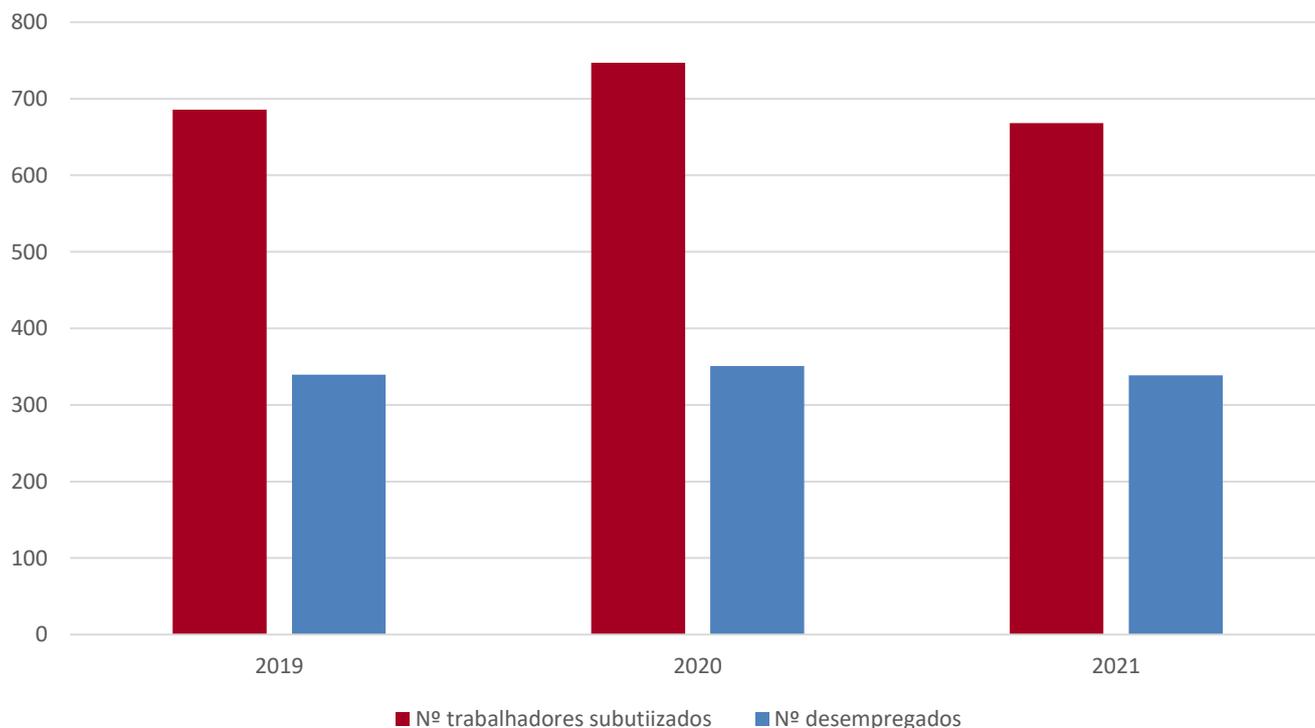
No final, a crise desnivelou ainda mais a situação de cada grupo. A taxa de desemprego entre os homens ficou em 6,3% em 2021, valores abaixo da média nacional (6,6% em 2021). Entre as mulheres, a taxa de desemprego ficou em 6,9%. Por escalões etários, a taxa de desemprego entre os mais jovens foi a que maior degradação sofreu. Em 2019, a taxa de desemprego dos jovens entre 15 e 24 anos era de 18,3% e em 2021 ficou em 23,5%. Entre os 25 e 34 anos, a taxa de desemprego passou de 7% em 2019, para 9,2% em 2021. Os restantes escalões etários registaram reduções: entre os 35 e 44 anos ficou em 4,4% em 2021, entre os 45 e 54 anos 4,4% e entre os 55 e 74 anos desceu para 4,8%.

7. Subutilização do trabalho

Este nível de desemprego deve ser lido com cautela. Como vimos atrás, o fenómeno do desemprego é bem mais extenso. Seguindo os indicadores complementares de desemprego, a subutilização do trabalho – incluindo os desempregados - atingiu em 2020 um total de 747,1 mil trabalhadores – o seu pico ocorreu no 3º trimestre com 804,4 mil trabalhadores - tendo vindo a reduzir-se em 2021, passando a abranger 668,3 mil trabalhadores na média do ano. No 4º trimestre de 2021, situava-se em 630,1 mil.

Gráfico 2

Nº de desempregados e trabalhadores subutilizados (milhares)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A prova da importância destes indicadores complementares de desemprego está no facto de a crise provocada pela pandemia, e as medidas adotadas para a debelar, não se terem manifestado significativamente na população desempregada. Se houve variação do desemprego durante a pandemia, ela verificou-se sobretudo entre os trabalhadores *subutilizados* não integrados na população desempregada. Enquanto de 2019 para 2020, o

desemprego oficial afetou mais 11,3 mil pessoas, a subutilização do trabalho abrangeu quase mais 50 mil trabalhadores. E da mesma forma, a retoma ocorrida em 2021 absorveu sobretudo esses trabalhadores *subutilizados* – reduzindo esse grupo em 66,9 mil trabalhadores, contra 12 mil dos desempregados oficiais.

Assim, aos níveis do desemprego segundo o critério estatístico – que chegou aos 7% da população ativa em 2020 (tendo tido o seu ponto mais alto no 3º trimestre de 2020 – 7,3%) – correspondeu uma dimensão bastante mais elevada do fenómeno desemprego. Apesar das medidas de proteção do emprego assumidas durante a pandemia, a taxa de subutilização do trabalho passou de 12,9% em 2019 para 14,1% em 2020 (com o seu ponto mais alto no 3º trimestre – 15,1%). E a retoma verificada em 2021 pouco atenuou esta realidade. Se a taxa de desemprego desceu apenas para 6% em 2021 (foi de 6,1% no 4º terceiro trimestre de 2021), a taxa de subutilização do trabalho apenas desceu para os 12,5% (com o seu ponto mais baixo no 4º trimestre – 11,7%), ou seja, valores ainda significativamente elevados.

Acresce que esta distinção pode ser ilusória. As características destes dois grupos – desempregados e trabalhadores *subutilizados* - revelam, por um lado, que o perfil dos trabalhadores *subutilizados* é em tudo semelhante ao verificado entre os desempregados e, por outro, que os efeitos da pandemia e das medidas adotadas para a contrariar parecem tê-los afetado da mesma forma, o que faz sobressair a importância de avaliar o fenómeno do desemprego como um todo e não apenas através dos conceitos do desemprego.

Tabela 2

Perfil dos desempregados e trabalhadores subutilizados (sem desempregados)

| | Desempregados em 2019 | Desempregados em 2020 | Subutilizados em 2019 | Subutilizados em 2020 |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Total | 339,5 mil | 350,8 mil | 346,4 mil | 396,3 mil |
| Sexo | | | | |
| Homens | 45,4% | 48,6% | 38,3% | 40,9% |
| Mulheres | 54,6% | 51,4% | 61,7% | 59,1% |
| Escalão etário | | | | |
| 16-24 anos | 20,1% | 21,2% | 20,4% | 19,4% |
| 25-34 anos | 20,9% | 26,2% | 18,9% | 20,2% |
| 35-44 anos | 19,8% | 18,1% | 17,1% | 18,9% |
| 45-54 anos | 21,1% | 18,2% | 19,8% | 17,9% |
| 55-74 anos | 18,1% | 16,1% | 23,8% | 23,6% |
| Escolaridade | | | | |
| Até ao básico | 43,2% | 37,1% | 53,2% | 46,6% |
| Secundário | 32,1% | 36,4% | 27,7% | 31,1% |
| Superior | 22,7% | 25,5% | 20,7% | 23,3% |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

É possível observar-se a dominância do desemprego feminino, uma repartição semelhante pelos diferentes escalões etários – em que os trabalhadores com idades entre 25 e 44 anos são ligeiramente mais afetados pelo desemprego – e um predomínio de trabalhadores de baixas habitações literárias. Da comparação entre os valores de 2019 e 2020, conclui-se que a retração da atividade afetou principalmente o emprego dos homens, sobretudo dos trabalhadores com idades entre 25 e 34 anos e ligeiramente nos com idades entre 35 e 44 anos; e com o ensino secundário completo ou ensino superior.

Tomando em linha de conta estes trabalhadores *subutilizados*, a *taxa de subutilização do trabalho* dos diferentes grupos manteve valores não despididos. Recorde-se que a *Grande Depressão*, há quase 100 anos, colocou no desemprego cerca de 25% da população ativa.

A taxa dos homens passou de 10,8% em 2019 para 12,6% em 2020, tendo em 2021 recuperado apenas em parte (11,4%). Já a taxa das mulheres – bastante superior à dos homens - subiu de 15,1% em 2019 para 15,6% em 2020, tendo descido em 2021 para 13,7%. Por escalões etários, a taxa dos jovens entre 16 e 24 anos subiu de 33,2% em 2019 para 39% em 2020 e, como era possível prever pelos dados anteriores, pouco recuperou em 2021 (37,8%). Mesmo entre os trabalhadores com idades entre os 25 e 34 anos, a subutilização do trabalho situou-se numa elevada taxa de 13,1% em 2019, que subiu para 16,6% em 2020 e pouco melhorou em 2021 (15,7%). Os escalões menos afetados foram os mais velhos. A taxa por nível de escolaridade torna evidente que, quanto mais elevado o seu nível, menor o nível de desemprego sentido, embora a diferença entre os diferentes grupos não seja tão acentuada como se esperaria. Se em 100 trabalhadores com ensino básico, cerca de 15 podiam em 2020 ser considerados desempregados, cada 100 trabalhadores com o ensino superior, estavam nessa mesma situação entre 11 e 12 trabalhadores. E a ligeira recuperação verificada em 2021, pouco alterou essa situação.

Tabela 3
Taxa de subutilização do trabalho

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|-----------------------|-------|-------|-------|
| Total | 12,9% | 14,1% | 12,5% |
| Sexo | | | |
| Homens | 10,8% | 12,6% | 11,4% |
| Mulheres | 15,1% | 15,6% | 13,7% |
| Escalão etário | | | |
| 16-24 anos | 33,2% | 39% | 37,8% |
| 25-34 anos | 13,1% | 16,6% | 15,7% |
| 35-44 anos | 9,1% | 10,3% | 8,7% |
| 45-54 anos | 10,3% | 9,7% | 8,4% |
| 55-74 anos | 13,1% | 13,5% | 11,2% |
| Escolaridade | | | |
| Até ao básico | 12,9% | 15% | 13,7% |
| Secundário | 13,2% | 15,6% | 14,1% |
| Superior | 10,1% | 11,5% | 9,8% |

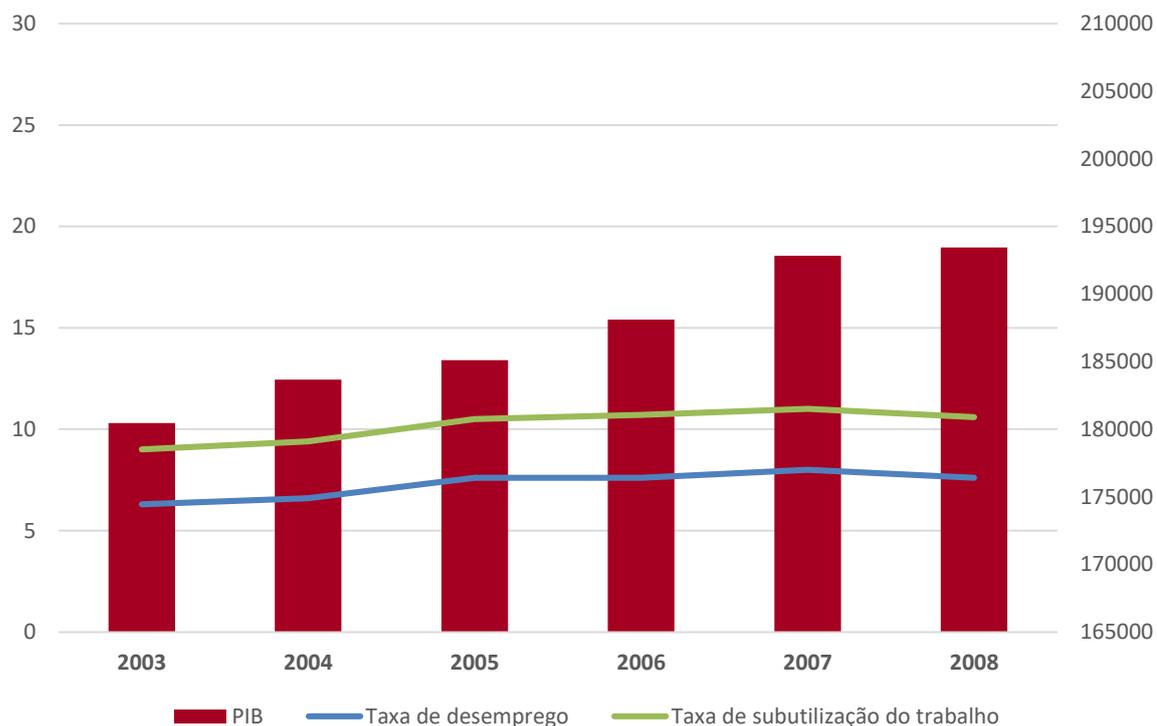
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

8. Duas décadas

Os elevados níveis de subutilização do trabalho verificados em 2020 – e que a retoma, apesar das medidas de contenção da pandemia, apenas atenuou - marcaram uma interrupção da tendência de descida que se vinha verificando desde 2013 e que poderá ter sido retomada em 2021. Apesar dessa forte descida na última década, a evolução da taxa de subutilização não pode deixar de ser observada à luz do que se passou nas duas últimas décadas, seguindo os dois ciclos económicos completos.

Gráfico 3

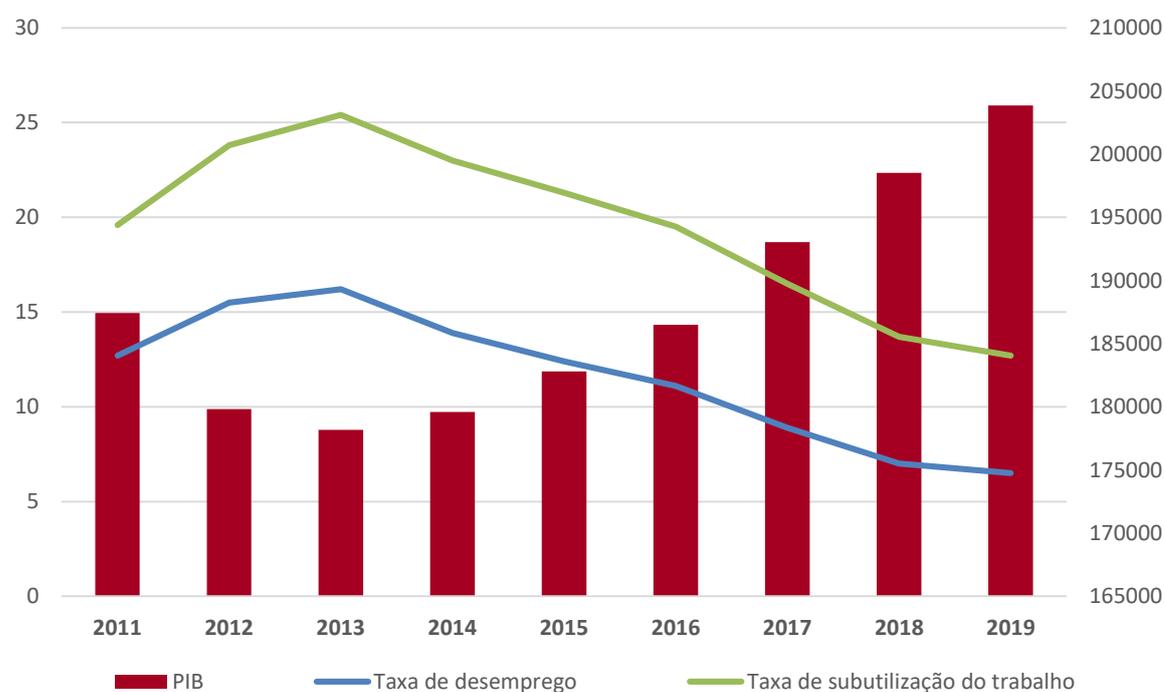
Evolução do PIB (milhões de euros) e das taxas de desemprego no ciclo 2003/2008 (%)



Fonte: INE, Contas Nacionais e Inquérito ao Emprego

Gráfico 4

Evolução do PIB (milhões de euros) e das taxas de desemprego no ciclo 2011/2020 (%)



Fonte: INE, Contas Nacionais e Inquérito ao Emprego

Ao longo dessas duas décadas a atividade económica registou dois ciclos, definidos como os períodos que vão desde a primeira informação com uma variação homóloga negativa até à última informação com uma variação positiva. Nestes vinte últimos anos, considere-se o primeiro ciclo como o período entre 2003 (ano de recessão) até 2008 (ano antes da quebra da atividade fruto da crise financeira e económica internacional); e considere-se o segundo ciclo como indo de 2011 e 2019.

No primeiro, o valor médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador da atividade económica a preços constantes foi de 187,3 mil milhões de euros, registando-se um crescimento médio anual de 1,2% ao longo do ciclo. A atividade económica foi subindo, mas o nível de desemprego e de subutilização do trabalho subiu igualmente de forma ligeira. Durante esse ciclo, a taxa de desemprego subiu de 6,3% para 7,6%, correspondendo a uma subida da taxa de subutilização do trabalho de 9% para 10,6%.

No 2º ciclo, o valor médio da atividade económica a preços constantes foi de 187,7 mil milhões de euros, com um crescimento médio anual de 0,8% ao longo do ciclo, embora com evoluções distintas ao longo do período e, por isso, observando-se uma maior oscilação das taxas de subutilização do trabalho. Num primeiro momento, de 2011 a 2013, a atividade económica caiu 4,9% e a taxa de desemprego subiu de 12,7% para 16,2%, correspondendo a uma subida histórica da taxa de subutilização de 19,6% para 25,4%. Num segundo momento, de 2013 a 2019, período de maior amplitude dos valores do crescimento da atividade, a economia cresceu a um ritmo anual médio de 1,9% e durante essa fase, a taxa de desemprego desceu de 16,2% para 6,5%, correspondendo a uma descida da taxa de subutilização do trabalho de 25,4% para 12,7%. Refira-se – mesmo que não esteja integrada neste ciclo – que a quebra repentina de atividade em 2020 próxima de 8,4%, bem superior à verificada de 2011/13, apenas resultou na subida da taxa de desemprego nos valores já referidos - de 6,3% para 7,6%, correspondendo a uma subida da taxa de subutilização do trabalho de 9% para 10,6%.

Destas diferentes situações, há duas questões relevantes a assinalar.

- 1) O que motivou valores e evoluções tão díspares do desemprego em ciclos de dimensões semelhantes?
- 2) O que motivou níveis tão elevados do desemprego, mesmo em fases positivas dos ciclos?

O que motivou valores e evoluções tão díspares do desemprego em ciclos de dimensões semelhantes?

A razão para esse primeiro aparente paradoxo parece estar num diferente perfil de crescimento económico – ao nível do Consumo privado (C), dos gastos públicos (G), da Formação Bruta der Capital Fixo (FBCF) - nas fases ascensionais dos dois ciclos.

Tabela 4

Variação média anual das componentes do PIB pelo lado da procura

| | Consumo Privado | Gastos Públicos | FBCF | Procura interna | Exportações | Importações | PIB |
|-----------------------|-----------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------|-------------|-----------|
| 2003-08 | 1,6% | 1,1% | 0,5% | 1,5% | 4% | 4,6% | 1,2% |
| <u>2011-19</u> | <u>0,9%</u> | <u>-0,2%</u> | <u>1,1%</u> | <u>0,8%</u> | <u>5,6%</u> | <u>4,8%</u> | <u>1%</u> |
| 2011-13 | -2,2 | -1,9 | -6,9 | -3 | 3,5 | -0,6 | -1,6 |
| 2013-19 | 2,3 | 0,6 | 5,5 | 2,5 | 5,1 | 6,5 | 2,1 |

Fonte: INE, Contas Nacionais

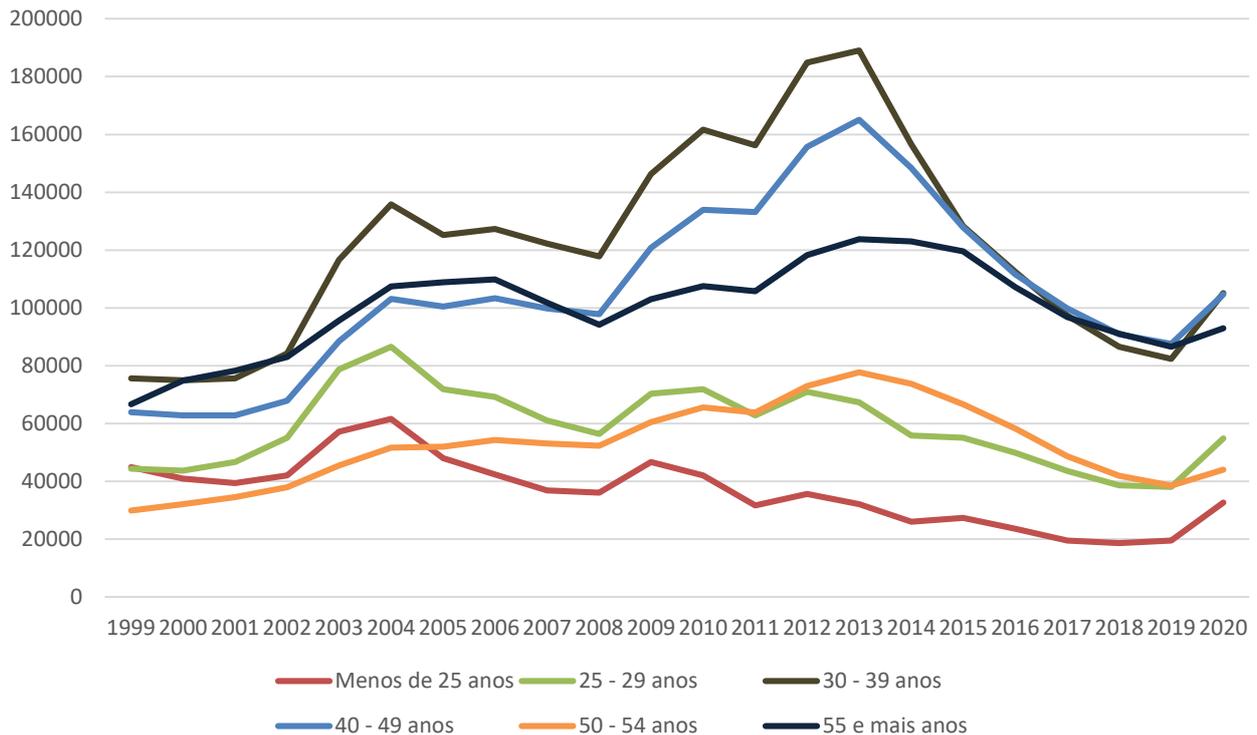
O primeiro ciclo ficou marcado por forte contenção dos gastos com o funcionalismo público em linha com as preocupações manifestadas por instâncias internacionais e europeias. Em Portugal, essa política de rendimentos ficou marcada também pela aprovação em 2003 do Código de Trabalho sobretudo para o setor privado que, ao abrigo da intenção de sistematização de legislação dispersa, consagrou, entre outros aspetos de efeitos negativos sobre os salários, a possibilidade de a própria lei deixar de funcionar como o limite mínimo dos direitos laborais e de as convenções coletivas, pilar de uma regular valorização salarial, de efeito transversal alargado pelo conjunto dos trabalhadores, puderem caducar, deixando as organizações dos trabalhadores a negociar em *estado de necessidade*.

Estas alterações – que pretenderam igualmente rebaixar os níveis de intervenção sindical já então rarefeitos, nomeadamente pelos elevados níveis de desemprego e progressiva hegemonia ideológica de ideias promotoras do individualismo social - viriam a ser acentuadas ainda a partir de 2009 com uma nova revisão do Código do Trabalho, que nomeadamente manteve as regras quanto à caducidade das convenções coletivas e aprovou medidas facilitadoras do despedimento, nomeadamente dificultando a contestação aos despedimentos ilegais. Por outro lado, verificou-se uma alteração na política relacionada com o salário mínimo. O seu valor tinha vindo a perder poder de compra face ao seu valor inicial de 1974, em consequência nomeadamente de estar indexado a um conjunto variado de receitas e de prestações sociais públicas que impediam uma avaliação rigorosa do impacto e do custo público da sua subida. A sua desindexação em 2006, durante o mandato do Governo Sócrates, com o Acordo sobre a Fixação da Remuneração Mínima Garantida, permitiu uma subida mais célere do valor mínimo das remunerações mais baixas, embora ainda assim de forma lenta. Por outro lado, e a par do reforço do Salário Mínimo Nacional (SMN), o Governo aprovou em 2009 (ano de eleições legislativas) um aumento geral de vencimentos do funcionalismo público tendente à recuperação parcial do seu poder de compra há muito delapidado. Em terceiro lugar, o Governo Sócrates acompanhou, no início de 2010, a política da UE de ataque à recessão internacional através de um reforço da procura interna de cada Estado, com mais elevados apoios sociais e investimentos públicos. Os efeitos deste reforço da procura não entram, contudo, nos cálculos do 1º ciclo, embora estejam subjacentes aos efeitos do 2º ciclo.

As medidas adotadas durante o 1º ciclo, com o pequeno reforço da procura interna verificado de 2003 a 2008, não contribuíram de forma decisiva para uma descida do desemprego. Por outro lado, a entrada em vigor do Código do Trabalho – que, como se viu, contribuiu para o abrandamento da subida do salário médio até se reduzir mesmo em 2013 e 2014 - suspendeu o decreto-lei 261/1991 que instituía o regime de pré-reformas, regime esse que, aprovado pelo Governo Cavaco Silva, colocava a Segurança Social a financiar parte da reestruturação das empresas. As normas desse diploma seriam repostas pelo decreto-lei 87/2004 de 17 de abril, em cujo preâmbulo se prometia que, por “imperativo demográfico”, o regime da pré-reforma iria ser revisto. Estes factos poderão estar na base de uma subida assinalável do número de desempregados – nomeadamente com idades acima dos 50 anos, ao arrepio da tendência observada nos outros escalões etários – verificada apesar da retoma económica.

Gráfico 5

Nº de beneficiários do subsídio de desemprego



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A partir do 2º trimestre de 2010 e sob forte pressão da UE, que mudara repentinamente a sua política económica, o Governo Sócrates foi aprovando sucessivos *pacotes* de medidas de *austeridade* como forma de conter o nível de despesa pública gerada pela intervenção do Estado nas medidas anti-crise (antes sancionadas pela UE), pelos apoios ao sistema financeiro (impedidos de falir alegadamente por receio do seu efeito sistémico) e fruto da subida dos custos com o serviço da dívida em consequência da desregulação dos mercados financeiros. O efeito recessivo cumulativo destas medidas e da conjuntura de choque social gerada, a par da forte pressão por parte das instituições europeias, acabou por redundar na intervenção externa em Portugal, forçando à contração de um empréstimo externo, previsto no início de 2011 no Memorando de Entendimento com as instituições da *troica* (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional).

O segundo ciclo ficou, assim, marcado por duas tendências opostas. Primeiro, desde 2011 por uma política de forte desvalorização dos salários prevista no Memorando de Entendimento, cujos traços mais fortes se mantiveram ao longo do ciclo e, em segundo, desde 2015, por uma política de continuada valorização dos salários mais baixos.

O primeiro dos vetores resultou por um lado, da continuação da aplicação das medidas aplicadas na década anterior, mas igualmente pela aprovação de novas iniciativas que aprofundaram ainda mais o seu efeito de desvalorização salarial.

Em resultado do descontentamento político gerado, o governo Sócrates foi forçado a demitir-se e, após eleições legislativas, foi substituído em maio de 2011 pelo governo Passos Coelho que - ao arrepio do que prometera em campanha eleitoral - aprofundou ainda mais essa política de *austeridade*, advogando como necessária à competitividade nacional uma nova política de rendimentos. Foi o caso da aprovação, no início de 2012 e a vigorar desde agosto desse ano, de um vasto leque de medidas com vista a uma pronunciada desvalorização salarial. Foi o caso do corte de três dias de férias e de quatro feriados, transformando dias de ócio em dias de produção; introdução de banco de horas individual e grupal; o encerramento para férias em caso de pontes; redução para metade da retribuição por trabalho suplementar; fim do descanso compensatório por trabalho suplementar, transformando dias de descanso em tempos de produção; alargamento do número de renovações dos contratos

a prazo; maior *flexibilidade* no despedimento e seu embaratecimento com corte pronunciado da compensação por despedimento; corte na retribuição no caso de faltas injustificadas; alterações ao regime de *lay-off*; redução da proteção social no desemprego com corte para metade da sua duração e redução do seu limite máximo; redução das obrigações de comunicação por parte das entidades patronais; esvaziamento dos instrumentos de regulamentação coletiva. Muitas destas medidas provocaram, de forma direta e indireta, uma redução do poder de intervenção dos sindicatos, tanto ao nível das empresas como nos serviços públicos, no plano sectorial e nacional.

As eleições de 2015, marcadas pela crítica às políticas de *austeridade*, permitiram uma nova composição do Parlamento que levou ao afastamento do segundo governo Passos Coelho. Foi invertida a política de valorização dos salários mais baixos. Se, de 2012 a 2014, o valor do SMN foi *congelado* pelo Governo Passos Coelho - no âmbito da intervenção externa da *troica* e por convicção política de que um aumento do SMN conduziria a uma subida do desemprego e dificultaria a vida das empresas – a partir de 2015 foi calendarizada para a legislatura uma progressão rápida do SMN. Mas manteve-se nas suas traves mestras o edifício legal tendente a uma desvalorização salarial e uma legitimação do quadro desequilibrado de relações laborais, acentuado pela progressiva desmaterialização dos contratos de trabalho e a sua transfiguração em contratos de prestação de serviços. Assinale-se que as medidas aprovadas pelo Parlamento em 2019 com o objetivo de combater a precariedade no trabalho, não inverteu a poderosa tendência que constitui um dos fatores explicativos dos baixos salários e a maior fluidez nos fluxos de transição entre as categorias de empregados, desempregados e inativos.

Como se pode ver na tabela seguinte, no segundo ciclo de 2011 a 2019 aumentou a probabilidade de transição entre desempregados e inativos, o que reforça a necessidade de se atentar mais à evolução da *subutilização do trabalho*, do que a *taxa de desemprego oficial*.

Tabela 5

Percentagem média de cada grupo (em linha) que transitou outro grupo (em coluna)

| 2011-2013 | Emprego | Desemprego | Inatividade |
|--------------------|---------|------------|-------------|
| Emprego | 92,1 | 3,1 | 4,8 |
| Desemprego | 17,9 | 66,7 | 15,4 |
| inatividade | 5,5 | 3,7 | 90,8 |

Fonte: IE, Inquérito ao Emprego

Durante o período recessivo de 2011/13, cerca de 7,9% do emprego passou a estar no desemprego (3,1%) ou na inatividade (4,8%). Parte significativa do desemprego passou a ser classificada como inativa (15,4%), algo habitual em momentos recessivos – os desempregados deixam de procurar emprego porque acham não ser possível encontrar emprego (*desencorajados*). Mas há fluxos em sentido inverso, embora mais fracos: cerca de 5,5% dos inativos passaram a ser considerados como tendo emprego e 3,7% passaram a desempregados, enquanto 90,8% manteve a classificação como inativa. Entre os desempregados, cerca de 17,9% passaram a estar empregados e 15,4% foram considerados inativos. Este quadro recessivo é relevante tanto quando comparado com o quadro da retoma económica (2013-2019) (ver Tabela 6).

Curiosamente, na retoma 2013/19, o quadro de fluxos entre os diversos grupos populacionais não se alterou significativamente. Aumentou a probabilidade de os empregados conseguirem manter o seu posto de trabalho (de 92,1% para 94,1%), subiu a probabilidade de os desempregados encontrarem trabalho (de 17,9% para 22,3%), reduziu-se ligeiramente a probabilidade de os desempregados continuarem no desemprego (de 66% para 60%). Mas, por outro lado, continuou elevada a probabilidade de os desempregados passarem à inatividade (de 15,4%

para 17,7%) e reduziu-se mesmo a probabilidade média de os inativos passarem a desempregados (de 3,7% para 3%) ou para o emprego (de 5,5% para 4,5%).

E, quando se compara o quadro recessivo de 2011/13 com a quebra de atividade de 2020 (Tabela 7), verifica-se que a probabilidade de redução do emprego foi menor (92,1% para 94,4%), bem como a do emprego se transformar em desemprego (de 3,6% para 1,6%) e reduziu-se a probabilidade de um desempregado se manter no desemprego (de 66,7% para 49,3%), o que é condizente com a eficácia das medidas adotadas para impedir a explosão do desemprego. Mas mesmo assim manteve-se elevada a percentagem do emprego que passou para a inatividade (de 4,8% para 4%), observou-se uma subida significativa da percentagem da população desempregada que passou a inativa (de 15,4% para 24,9%), embora, por outro lado, se tenha elevado a probabilidade de um desempregado encontrar emprego (de 17,9% para 25,8%).

Tabela 6

Percentagem média de cada grupo (em linha) que transitou outro grupo (em coluna)

| 2013-2019 | Emprego | Desemprego | Inatividade |
|--------------------|---------|------------|-------------|
| Emprego | 94,1 | 2,1 | 3,8 |
| Desemprego | 22,3 | 60 | 17,7 |
| inatividade | 4,5 | 3 | 92,4 |

Fonte: IE, Inquérito ao Emprego

Tabela 7

Percentagem média de cada grupo (em linha) que transitou outro grupo (em coluna)

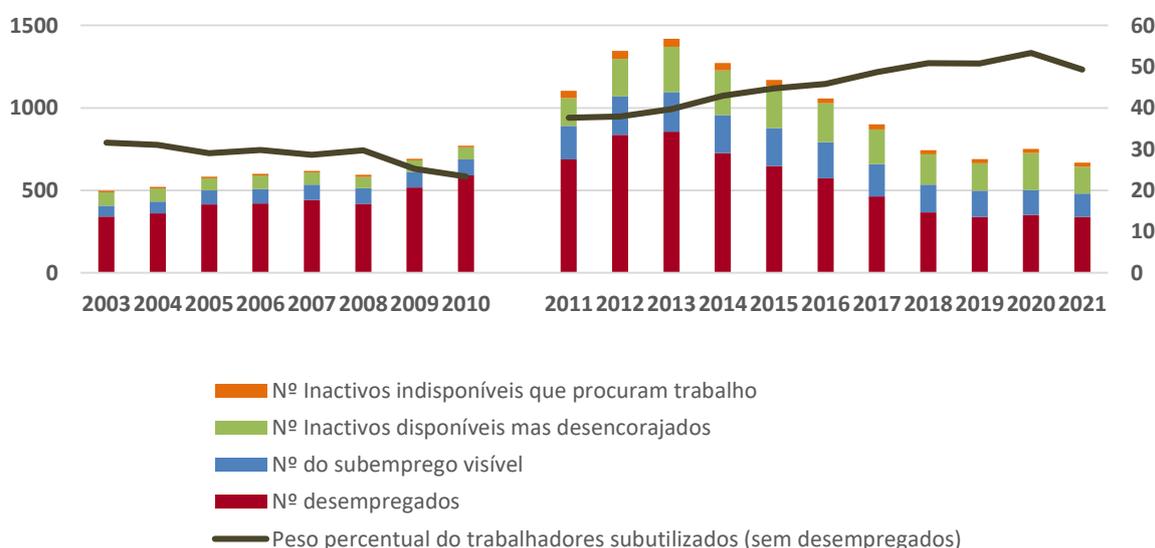
| 2020 | Emprego | Desemprego | Inatividade |
|--------------------|---------|------------|-------------|
| Emprego | 94,4 | 1,6 | 4,0 |
| Desemprego | 25,8 | 49,3 | 24,9 |
| inatividade | 4,5 | 2,8 | 92,7 |

Fonte: IE, Inquérito ao Emprego

Esta maior permeabilidade entre as diferentes populações e igualmente a fragilidade do emprego criado explica, em parte, a subida do peso do subemprego visível e dos inativos entre os trabalhadores tido como *subutilizados*, à medida que se reduz o peso dos desempregados.

Gráfico 6

Composição da subutilização do trabalho



Fonte: IE, Inquérito ao Emprego

Se em 2003, ano de recessão, os desempregados representavam 69% do total de trabalhadores *subutilizados*, em 2020, igualmente ano de quebra de atividade, o seu peso era já de apenas 47%. Para essa tendência, tem contado sobretudo a subida crescente do número de trabalhadores tidos como *desencorajados* – aqueles inativos que procuraram trabalho, estão disponíveis, mas que na semana de referência não procuraram trabalho. O seu número que não passara em 2003 de 16% do total dos trabalhadores *subutilizados*, reduziu-se ligeiramente no 1º ciclo, mas no 2º ciclo foi subindo, mesmo numa conjuntura de retoma económica, até atingir os 24% em 2019 e acentuando-se com a quebra de atividade em 2020, chegando a 30% dos *subutilizados*. Em segundo lugar, e com o mesmo tipo de comportamento, surge o *subemprego visível* – ou seja, aqueles que, estando já empregados, gostariam de trabalhar mais horas. Passou de 13% em 2003 a 23% em 2019.

É possível, contudo, que a variação verificada entre o 1º e 2º ciclos possa estar também relacionada com a alteração do Inquérito ao Emprego do INE, em 2011. A par de uma nova forma de recolha de informação (entrevistas realizadas pelo telefone), foram introduzidas alterações ao questionário, que – segundo o INE – tiveram “impactos significativos” no resultado do inquérito (INE, 2011). Essas alterações tenderam “a gerar uma diminuição da população activa e da população empregada e um aumento da população desempregada e da população inactiva, com reflexos nas taxas de actividade, de emprego, de desemprego e de inactividade” (INE, 2011: 37). Além dessas alterações, refira-se, entre outras, o facto de “os indivíduos a frequentar planos ocupacionais de emprego, promovidos pelo IEF, não eram necessariamente considerados empregados no questionário anterior, mas são-no no questionário actual” (INE, 2011: 38); e os empregados ausentes há mais de 3 meses antes eram considerados empregados caso recebessem “uma remuneração qualquer” e presentemente “só o serão se receberem pelo menos 50% da sua remuneração normal” (INE, 2011: 38); os empregados sazonais passaram a ser considerados como possuindo contratos com termo; o *subemprego visível* passou a integrar “as horas habitualmente trabalhadas em todas as actividades (principal e secundária) e não apenas na actividade principal”, introduzindo-se “um critério de disponibilidade para começar a trabalhar as horas adicionais pretendidas”(INE, 2011: 38). Mas estas alterações não explicam tudo o que se passou no 2º ciclo.

O pico da aplicação das medidas adotadas pelo Governo Passos Coelho traduziu-se numa subida abrupta da *taxa de subutilização do trabalho* que chegou a situar-se, em 2013, o valor histórico de 25,4% da população ativa alargada (1,4 milhões de pessoas), tendo, desde aí, descido continuamente até 2019. Apesar disso, apesar da forte emigração permanente – que de 2013 a 2019 abrangeu cerca de 250 mil pessoas; apesar de a nova metodologia do Inquérito ao Emprego do INE ter passado a considerar como *empregado* todos desempregados objeto de políticas ativas de emprego, que têm abrangidos várias dezenas de milhares de trabalhadores; a *taxa de subutilização do trabalho* em 2019 (antes dos efeitos da pandemia Covid19) situava-se ainda em 12,7% da população ativa alargada (686 mil trabalhadores).

Sintetizando, as políticas seguidas nos dois ciclos económicos produziram resultados bem diferenciados, nomeadamente com resultados desastrosos quando se tentou cercear a valorização salarial como forma de aumentar a competitividade externa e equilibrar as contas externas. Apesar de tudo, os níveis de desemprego – nomeadamente os relativos à *subutilização do trabalho* – nas fases finais de ciclo atingem ainda valores relativamente elevados, o que deve fazer preocupar os decisores políticos.

E aqui entra-se na segunda questão.

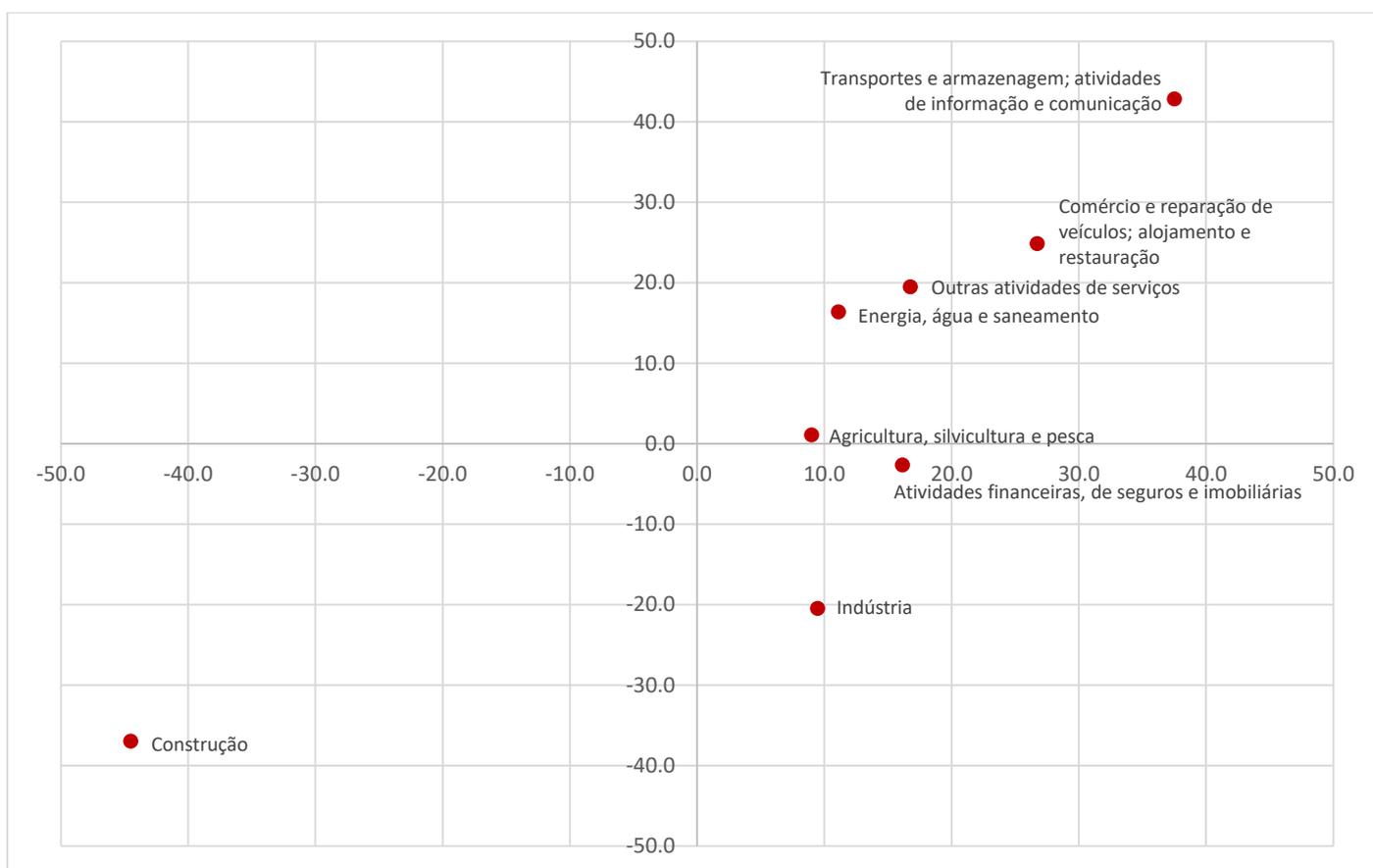
O que motivou níveis tão elevados do desemprego, mesmo em fases positivas dos ciclos?

Parte desta questão prende-se com o enquadramento em que a economia portuguesa tem atuado ao longo de mais duas décadas, período que coincide com progressivo entrosamento político-institucional da economia nacional na europeia, fortemente vincado pelo processo de integração monetária, que obriga a um estrito quadro de convergência nominal, com implicações na economia.

De 2002 a 2019, o valor acrescentado bruto da economia (a preços constantes) cresceu apenas cerca de 13,2%, o que corresponde a um ritmo anual de 0,7%. Por seu lado, o número de postos de trabalho remunerados cresceu cerca de 5,8%, o que corresponde a um ritmo anual médio de 0,3%. Estes valores médios correspondem - como é visível no gráfico abaixo - a um comportamento diferenciado consoante os ramos de atividade. Dois setores verificaram uma redução do emprego remunerado em simultâneo com uma subida do Valor Acrescentado Bruto (VAB) - indústria e o setor financeiro. Na agricultura, silvicultura e pescas, o VAB cresceu 9% com uma subida muito ligeira do emprego remunerado (1,1%). Mas nas restantes atividades, verificou-se uma correlação entre a variação do VAB e do emprego remunerado, seja no sentido negativo - construção -, seja no sentido positivo - energia, água e saneamento, comércio, transportes, alojamento, restauração, comunicações e informação, e mais variadas atividades de serviços.

Gráfico 6

Variação (%) de 1995 a 2019 do VAB (eixo vertical) e do Emprego (eixo horizontal)



Fonte: INE, Contas Nacionais

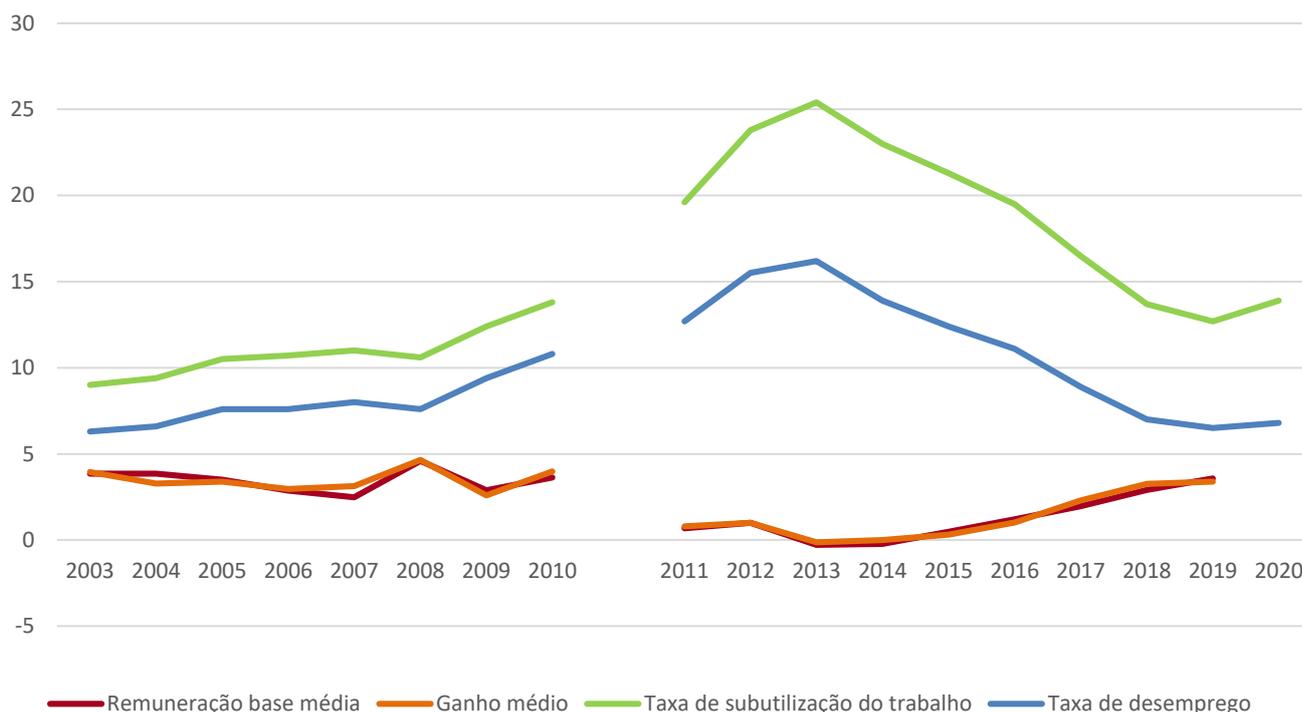
Enquanto a distribuição do VAB pelas diversas atividades não se diferenciou significativamente ao longo do período (excetuando o caso da construção que passou de 8,6% para 4,2% do VAB nacional) e das atividades de comércio, alojamento e restauração (que subiram de 17,6% para 19,7%); no emprego, verificou-se, primeiro, uma descida do emprego na indústria extrativa e transformadora (de 20,4% para 16,6%) e na construção (de 10,5% do total para 6,6%) e, segundo, uma subida do peso percentual do emprego nas atividades de serviços, como comércio, reparação automóvel, alojamento e restauração (de 20,9 para 23,4%), transportes e comunicação (5,1%

para 6,7%) e as restantes atividade de serviços (37,6% para 41,6%). Uma tendência que já vinha sendo visível desde os anos 90: em 1995, a indústria tinha 25,8% do emprego remunerado, o comércio, reparação automóvel, alojamento e restauração detinham 18,7% e as restantes atividades e serviços 34,5%.

Esta evolução da economia portuguesa para setores trabalho-intensivo de baixo valor tem explicado a contenção da subida salarial, sem que as atividades tenham capacidade potencial de progressão produtiva. Por outro lado, a forte componente do emprego em atividades que concentram parte significativa do valor criado na economia faz com que exista uma forte influência dos níveis de desemprego no nível médio salarial praticado nesses setores.

Gráfico 6

Variação homóloga da remuneração base e ganho médio e das taxas de desemprego



Fonte: GEP/MTSSS; INE

Como corolário, parece, pois, haver uma relação dinâmica entre os níveis de desemprego observados – e aqui de sobremaneira, do desemprego expresso pelos valores da *subutilização do trabalho* – e o tipo de emprego que a economia tem vindo a criar, concentrado em atividades de baixos salários e de baixas qualificações. Da mesma forma, o tipo de emprego que é criado revela-se instável, com contratos de elevada rotação, refletidos nos fluxos de trabalhadores entre o emprego, desemprego e inatividade, mantendo-se níveis elevados de desemprego, visíveis nas formas complementares de medição do desemprego. Este ambiente laboral acaba por alimentar uma tendência para a especialização setorial de baixa produtividade e baixos salários, que vai se reproduzindo e – como já assinalado no anterior barómetroⁱⁱⁱ(Almeida, 2021: 8)- acentuando a segmentação entre os setores de atividade mais dinâmicos e os setores com desempenhos estagnados.

Não é, pois, de estranhar que, ao observar-se a evolução do emprego ao longo da pandemia, se verifique que 73,4% dos postos de trabalho destruídos estavam no setor dos serviços, em valores acima do seu peso na estrutura de emprego. Por outro lado, a indústria e construção contribuíram com 21,3% e a agricultura e pescas com 5,2%, abaixo do seu peso na estrutura de emprego. Tão-pouco é de estranhar que tenham sido os empregos precários aqueles que mais sofreram com essa destruição. Em 2020, subiu o número de contratos sem termo (62,2 mil), mas desapareceram cerca de 154,7 mil postos de trabalho precários (122,8 contratos a prazo, 18,6 mil por conta própria

ⁱⁱⁱ Ver Barómetro das crises nº24, À saída da pandemia: precariedade, baixos salários e estagnação (Almeida, 2021).

e 13,3 mil contratos como *falsos recibos verdes*). Tão-pouco é de estranhar que, na fase de recuperação em 2021, dos mais de 128,6 mil postos de trabalho criados em termos líquidos, mais de 71,8 mil foram em empregos por conta própria e que a subida do emprego por conta de outrem não compensou os 73,9 mil postos destruídos em 2020. Se houve alguma recuperação, ela verificou-se sobretudo nas grandes e médias empresas. Dos postos de trabalho por conta de outrem destruídos em 2020 no setor privado, cerca de 75% ocorreram no grupo de empresas com mais de 100 trabalhadores e do emprego remunerado recuperado em 2021, mais de metade foi também nesse grupo de empresas. O Estado, não só fez crescer o seu emprego em 2020 (mais 13,3 mil), como contribuiu na subida do emprego geral de 2021 com mais 19,7 mil postos de trabalho.

9. Conclusões

Este barómetro visa chamar a atenção para a importância das formas complementares de medição do desemprego, face ao indicador habitualmente seguido para acompanhar o fenómeno do emprego - a taxa de desemprego. Essa importância surge em consequência de este indicador tender a atenuar estatisticamente os efeitos profundos no mundo do Trabalho de uma tendência económica que se vem verificando ao longo, pelo menos, das últimas décadas, com efeitos transversais na estrutura setorial da economia, de fortes impactos sociais e, a prazo, demográficos no país.

Desde que há estatísticas de emprego, estas visaram quantificar o problema do desemprego e, por consequência, criar instrumentos para, no mínimo, obstar os seus efeitos sociais. Na origem, parecia haver a preocupação de conhecer a realidade para melhor lidar com ela, nem que fosse saber quanto é que poderia custar o apoio a quem ficasse desempregado e, em última instância, adotar medidas para conseguir o pleno-emprego. Porém, ao longo do último século, a evolução harmonizada dos conceitos estatísticos ao nível internacional, se ganhou em precisão e comparabilidade, deu sinais de secundarizar o objetivo de conhecer melhor o fenómeno do desemprego.

Essa harmonização estabeleceu regras que, tendo vantagens analíticas, acabam por ter igualmente efeitos adversos: tende a aumentar a população empregada e a população inativa, a partir do englobamento de pessoas que, do ponto de vista social, estariam mais próximas de ser consideradas como integrando a população desempregada. Por essa razão, o indicador base da medição do desemprego - a taxa de desemprego - subavalia a dimensão real do fenómeno e, com isso, contribui para diminuir a importância de medidas para debelar o desemprego.

A consciência dessa limitação - trazida a debate por insistentes críticas - conduziu a que as estatísticas oficiais passassem a incluir, desde 1994 nos Estados Unidos e desde 2011 na UE, indicadores complementares de desemprego, que integravam já trabalhadores considerados estatisticamente como inativos ou em situação de subemprego.

Contudo, a distinção estatística entre emprego, desemprego e inatividade - que está na base daquela atenuação estatística do desemprego - pode ser, na realidade, ilusória. Veja-se o caso português na presente pandemia. A crise provocada pela pandemia e as medidas adotadas para a debelar manifestaram-se de forma diferenciada entre aqueles três grupos estatísticos. Se houve variação do desemprego durante a pandemia, ela verificou-se sobretudo entre os trabalhadores *subutilizados* não integrados na população desempregada, mesmo quando o perfil dos trabalhadores *subutilizados* é semelhante ao dos desempregados. Em 2021, depois de uma melhoria do clima económico, em Portugal enalteceu-se politicamente o facto de o valor da taxa de desemprego já ter descido para valores abaixo dos 7%. E, no entanto, a taxa de subutilização *do trabalho* ainda se situava em 12,5% da população ativa alargada, sem que o discurso político desse conta dessa outra realidade e dos seus efeitos sociais. E esta constatação obrigaria a encarar as suas causas de outra forma.

Neste barómetro, analisou-se os dois ciclos económicos ocorridos nas duas últimas décadas – de resultados semelhantes em valor criado e no emprego – embora com valores muito distintos da taxa de subutilização do trabalho. Concluiu-se que esses valores muito diferentes tiveram na sua base políticas económicas bastante diferenciadas, com resultados desastrosos quando se tentou cercear a valorização salarial como forma de aumentar a competitividade externa. Mas no final dos dois ciclos, e independentemente das políticas seguidas, os níveis de desemprego real atingiram ainda valores relativamente elevados, o que deveria fazer preocupar os decisores políticos e fazê-los procurar as suas causas e medidas para os fazer reduzir.

Uma explicação adiantada para esses níveis elevados de desemprego prende-se com a evolução recente da economia portuguesa, acentuada no período analisado, para concentrar o *centro* da sua atividade e do seu emprego em setores trabalho-intensivo de baixo valor acrescentado, assentes em salários baixos e sem capacidade de progressão produtiva. O emprego nesses setores tem-se revelado instável, com contratos de elevada rotação, refletidos nos fluxos de trabalhadores entre o emprego, desemprego e inatividade, que mantêm níveis elevados de desemprego, visíveis nas formas complementares de medição do desemprego. Essa concentração do emprego e salários nesses setores económicos e a existência de relativamente elevados níveis de *subutilização* do trabalho – nomeadamente de baixas qualificações – condicionam a subida dos salários desses setores, influenciando o nível médio dos salários praticados na economia que, por sua vez, acentuam a concentração de atividades nesses mesmo setores.

Parece, pois, haver uma relação dinâmica entre os níveis de desemprego real e o tipo de emprego em que a economia se tem vindo a especializar, concentrado em atividades de baixos salários e de baixas qualificações.

Por isso, tentar resolver o fenómeno do elevado desemprego passa por resolver o problema do tipo de emprego e do tipo de estrutura setorial que possa inverter esta espiral “recessiva” ao nível da produção e da sua produtividade. Seguir apenas a taxa de desemprego pode resultar numa atitude política de evitar decidir sobre o que é difícil, porque esse indicador – tal como está criado - transmite otimismo quando, caso se observe os valores dos indicadores complementares, deveria existir, pelo menos, apreensão.

Referências Bibliográficas

Almeida, J.R. (2020), "Saúde e economia: a primeira, segunda e a vaga de fundo", Barómetro das crises n°22, Observatório sobre Crises e Alternativas. Em:

https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=6560

Almeida, J.R. (2021), "À saída da pandemia: precariedade, baixos salários e estagnação", Barómetro das crises n°24, Observatório sobre Crises e Alternativas. Em:

https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=6560

Bacelar, S. (1996), "Para uma Sociologia da produção estatística: virtualidades duma leitura sintomática da informação estatística", Revista de Estatística - 1º Quadrimestre 1996, INE: 49 - 62. Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106603&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt

Besson, Jean-Louis (1992), Les statistiques: vraies ou fausses? in Besson, Jean-Louis (org.) *La Cité des chiffres ou l'illusion des statistiques*, Paris: Autrement, 26-62, citado por Sérgio Bacelar.

Carrilho, M.J. (1996), "População activa: conceito e extensão através dos Censos", Lisboa, INE. Disponível em:

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=106989&att_display=n&att_download=y

Comte, Maurice (1992), Trois millions de chômeurs in Besson, Jean-Louis (org.), *La Cité des chiffres ou l'illusion des statistiques*, Paris: Autrement, 86-99, citado por Sérgio Bacelar.

Eurostat, Methodology of the European Union labour force survey (EU-LFS) applicable until the 2020 data collection. Disponível em:

https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=EU_labour_force_survey_-_methodology#EU-LFS_concept_of_labour_force_status

Galbraith, J. K. (1972) *A Crise Económica de 1929 – anatomia de uma catástrofe financeira*. Lisboa, Publicações DomQuixote.

ILO – International Labour Organization (1990) *Surveys of economically active population, employment, unemployment and underemployment – An ILO manual on concepts and methods*, Ralf Hussmanns, Farhad Mehran and Vijay Verma. Geneva: ILO.

ILO – International Labour Organization (2018), "Beyond Unemployment: Measuring of Other Forms of Labour Underutilization", 18ª International Conference of Labour Statisticians, Working Group on Labour underutilization, document n°13, Geneva 24/11 a 5/12/2008

INE – Instituto Nacional de Estatística (2011) "Medida do impacto da alteração no modo de recolha da informação no Inquérito ao Emprego no 1º trimestre de 2011", Estatísticas do Emprego 1º trimestre de 2011. Disponível em:

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=119686524&att_display=n&att_download=y

Torres, Sónia (2012), Indicadores suplementares do desemprego: três indicadores novos disponibilizados pelo INE in INE (2012), *Estatísticas do Emprego 2º trimestre de 2012*. Disponível em:

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=144304388&att_display=n&att_download=y

Torres, Sónia (2009), Os Indicadores Estruturais e o Inquérito ao Emprego, *in* INE (2009), *Estatísticas do Emprego 2º trimestre de 2009*. Disponível em:

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=73245245&att_display=n&att_download=y

Torres, Sónia (2009a), A História das estatísticas do trabalho em Portugal, *in* INE (2009), *Estatísticas do Emprego 3º trimestre de 2009*. Disponível em

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=222024322&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt

Torres, Sónia (2006), Medidas alternativas à taxa de desemprego oficial: a consideração dos inactivos desencorajados e do subemprego visível *in* INE (2006), *Estatísticas do Emprego 3º trimestre de 2006*. Disponível em:

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=5694164&att_display=n&att_download=y

Observatório sobre Crises e Alternativas

CES Lisboa

Picoas Plaza

Rua do Viriato, 13, Lj 117 / 118

1050-227 Lisboa

Tel. +351 216 012 848

Fax. +351 239 855 589

observatoriocrises@ces.uc.pt

www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt

